



ASSOCIAÇÕES FEMININAS, MATERNALISMO E INSERÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO PÚBLICO: O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA (CURITIBA, 1933-1958)

Larissa Selhorst Seixas¹

O associativismo feminino foi durante muito tempo a principal maneira das mulheres exercerem sua cidadania, principalmente nos períodos em que elas ainda não possuíam amplos direitos políticos e sociais, a exemplo das dificuldades que tiveram para adentrar os sindicatos e movimentos sociais, majoritariamente compostos por homens nos séculos XVIII e XIX. Sendo assim, especialmente nas primeiras décadas do século XX, muitas delas começaram a organizar associações de cunho social, cultural e filantrópico, lutando contra as limitações morais e intelectuais impostas às mulheres, bem como em favor de questões da vida prática, como a diminuição da pobreza, o combate às epidemias, às doenças e à mortalidade que assolavam as camadas mais humildes da população. Evidenciava-se assim uma tentativa de organizar a sociedade sob novos moldes, utilizando essas associações como um meio de pressionar os poderes públicos para a formulação de leis sociais bem como para o financiamento de ações concretas para a melhoria dos meios de vida de grupos sociais discriminados.²

O trabalho das mulheres estabeleceu uma variedade de serviços de assistência, focados particularmente nas crianças, mulheres pobres, doentes e idosos. Elas se envolveram na filantropia através de tarefas que já desempenhavam em seu cotidiano, costurando, cozinhando e atendendo diretamente as pessoas necessitadas, bem como arrecadando fundos através de bazares, concertos musicais, reuniões de mães, cursos de costura, festas e grupos de oração.³

Para o aprimoramento dos serviços prestados, algumas dessas mulheres passaram também a pesquisar as condições de vida das populações e suas necessidades, organizando ações de educação sanitária, familiar e cultural. Com o seu crescimento e desenvolvimento, as associações se tornaram espaços nos quais era possível buscar assistência e ajuda, sendo que algumas delas ampliaram sua

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Paraná e bolsista do CNPq. E-mail: larissasels@gmail.com

² DIEBOLT, Evelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.º 2, maio-agosto/2005, p. 306.

³ PRESTON, Margaret Helen. *Charitable words: women, philanthropy and the language of charity in Nineteenth-Century Dublin*. California: Greenwood Publishing Group, 2004, p. 3. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=jUqetmogGxEC&printsec=frontcover&dq=philanthropy+%2B+women&lr=&cd=9#v=onepage&q=&f=false>>. Acesso em: 12 jan. 2010.



atuação para além das necessidades mais imediatas, promovendo atividades culturais e artísticas, como teatro, cinema, esporte, escotismo, leitura, festas, cursos.⁴

A maior parte das fundadoras e líderes dessas associações seguia o princípio de procurar melhorar as condições básicas de vida de alguns grupos, especialmente dos mais pobres, compreendendo que era também sua a missão de combater o conjunto dos grandes problemas sociais que preocupavam intelectuais, médicos e educadores desse período. Percebendo a necessidade de ampliar a quantidade e a qualidade de suas ações, muitas associações começaram a investir em formação de pessoal qualificado, que mais tarde iria ocupar os cargos dos nascentes serviços de assistência pública. Neste sentido, a educação foi concebida como uma forma de aprimorar esse tipo de mão-de-obra, processo do qual as mulheres se beneficiaram amplamente.

As associações comumente pediam ajuda financeira ao Estado, muito embora contassem majoritariamente com recursos advindos da sociedade civil e que eram angariados em chás, bailes e festas beneficentes. Mesmo em alguns países da Europa, como no caso da França, foi somente no período posterior à Segunda Guerra Mundial que o Estado assumiu verdadeiramente seu papel enquanto fornecedor de serviços sociais e de assistência à população. No Brasil, mesmo hoje sabe-se que parte da população não tem acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento e habitação. No começo do século XX, tais serviços alcançavam somente uma pequena parcela dos que habitavam o espaço urbano, sendo então essenciais as ações filantrópicas e as associações que prestavam auxílio às pessoas pobres.

A partir da instalação da República em fins do século XIX, surgiram diversas associações filantrópicas no Brasil, que eram comumente organizadas por mulheres. Sozinhas ou em conjunto com os médicos, as associações femininas desempenharam um papel relevante, influenciando muitas das políticas para a maternidade e a infância que seriam posteriormente promovidas pelo Estado brasileiro.⁵

Esse tipo de organização também contribuiu para impulsionar o debate a respeito dos problemas específicos à infância e à maternidade, mobilizando médicos e membros da sociedade civil, especialmente mulheres, que, sensibilizados com as condições de vida da população mais pobre, empenharam-se em campanhas e ações filantrópicas. Sabendo da impossibilidade de resolver tais questões de uma maneira ampla, esses grupos passaram a reivindicar a intervenção do Estado

⁴IEBOLT. Op. Cit., p. 307.

⁵MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas*. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq, 2004, p. 48-50.



na chamada “questão social”, exigindo a criação de programas públicos de assistência social, seguindo o caminho traçado pelo pensamento filantrópico europeu.

Assim como em outras partes do mundo, também no Brasil o movimento feminista contribuiu na luta por políticas públicas para a maternidade e a infância. As ideias propagadas pelas feministas brasileiras seguiam particularmente a direção do feminismo norte-americano, enfocando os direitos políticos, a expansão do trabalho feminino e a proteção materno-infantil, contribuindo tanto para a organização e ampliação quanto para a prestação dos serviços de assistência social e de saúde nas décadas de 1930 e 1940.⁶

A influência das ideias do maternalismo no movimento feminista ficou bastante evidente nas ações e discursos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz, em 1922. Sendo a organização feminista de maior destaque e visibilidade no Brasil daquela época, a FBPF partilhava da concepção de que a família era a base da sociedade, ao mesmo tempo em que também defendia os direitos das mulheres ao trabalho, à educação e à participação política. Essas conquistas não estariam, contudo, em oposição à missão da mulher como mãe, mas sim permitiriam a ela estender sua influência benévola para a vida social e política.⁷

É importante ressaltar que essa entidade teve um papel importante nas lutas pela legislação social e trabalhista no Brasil, já que muitas propostas defendidas pelas filiadas foram incorporadas à Constituição de 1934: o direito das mulheres votar e serem votadas; o direito de conservarem a nacionalidade e transmitirem-na aos filhos se casadas com estrangeiros; pagamento igual para trabalho igual; salário mínimo; limite de oito horas de trabalho diário; férias remuneradas; licença maternidade; direito de acesso das mulheres a funções públicas; participação das mulheres na direção e administração de programas de assistência e bem-estar social relativos à maternidade e à infância.⁸

Mesmo constando no texto constitucional, os cargos mais importantes da administração pública da assistência social permaneceram sendo ocupados por médicos e técnicos, restando às mulheres as funções secundárias de atendimento ao público e a organização de associações de iniciativa privada. Como nos diz Martins, “*nesse sentido, as ideias defendidas pelas feministas brasileiras ficaram restritas ao papel, não conseguindo estabelecer alianças políticas que*

⁶MARTINS. Op. Cit. p. 51.

⁷MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, n.º 16, 2001, p. 213-214.

⁸Id. Ibid., p. 217.



garantissem a sua participação na estrutura do poder, como aconteceu com suas colegas estadunidenses.”⁹

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por mulheres e homens que se dedicaram à essa empreitada, desde o começo do século XX as ações filantrópicas ganharam um espaço fundamental em algumas das principais cidades brasileiras. Uma das mais destacadas instituições, que se dedicava especificamente à proteção da maternidade e da infância, foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundada pelo importante médico pediatra Arthur Moncorvo Filho, em 1901. Apesar de ter sido organizada e administrada por médicos, o Instituto contou sempre com o trabalho voluntário de mulheres, bem como empregou desde o começo enfermeiras e parteiras em seus quadros.¹⁰

Dentre as diversas associações filantrópicas organizadas no começo do século XX, destacamos também a Cruzada Pró-Infância, fundada na cidade de São Paulo em 1930, por Pérola Byington, em parceria com a educadora sanitária Maria Antonieta de Castro e médicos sanitaristas, além de outras mulheres da elite paulistana. Tendo sido organizada majoritariamente por mulheres, essa organização foi pioneira em face da amplitude das ações de proteção e cuidado com a maternidade e a infância que conseguiu desenvolver.

A Cruzada deu início às suas atividades com uma campanha contra a mortalidade infantil, em que contou com a compreensão e solidariedade das mulheres mais ricas para com as crianças que viviam em famílias sem recursos. Ao mesmo tempo que utilizava a doutrina da caridade cristã, o discurso dessa instituição ressaltava que esse apoio seria também um ato de civismo, pois dele dependia o desenvolvimento de crianças sadias para o futuro da nação.¹¹

Os objetivos primordiais da Cruzada Pró-Infância eram a criação de um dispensário central para encaminhar remédios, alimentos e roupas às crianças e mães, além da promoção do serviço de parteiras e da construção de um abrigo maternal para filhos de mães doentes. Como a maioria das associações filantrópicas, possuía um grande número de participantes mulheres, especialmente voluntárias, e em algumas situações buscava o apoio do poder público, muito embora fosse financiada majoritariamente através da arrecadação de fundos doados pela elite paulistana. A instituição pretendia ainda lutar por leis favoráveis às mães e crianças, ampliando a discussão sobre os problemas da infância na sociedade do período.

⁹MARTINS. Op. Cit., p. 57.

¹⁰Id. Ibid., p. 47.

¹¹MOTT, Maria Lucia. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo projetos históricos e editoriais, 2005, pp. 43-45.



Podemos citar ainda diversas outras instituições que se empenharam em campanhas filantrópicas naquele momento, como a Liga das Senhoras Católicas, a Cruz Vermelha, a Aliança Cívica das Brasileiras, a Associação das Senhoras Brasileiras, além da própria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Como nos fala Ana Paula Vosne Martins,

é notável a participação feminina tanto na organização, quanto na administração destas instituições, criando maternidades, postos de puericultura e associações de proteção à maternidade e à infância, as APMI, que tanta importância tiveram na história da maternidade no país a partir de então, constituindo um espaço de atuação política para mulheres de camadas médias e altas dos grandes centros urbanos e das pequenas cidades do interior.¹²

É importante destacar, portanto, que o papel fundamental desempenhado pelas mulheres das classes média e alta nos esforços filantrópicos permitiu a elas legitimar sua entrada no espaço público, negociando os limites da ordem social. Através da experiência na organização de seus próprios lares, essas mulheres ajudaram no estabelecimento de associações benemerentes organizadas e eficazes, que influenciaram as políticas do Estado brasileiro a partir dos anos 1930.

Dentro desse amplo conjunto de associações femininas, situamos o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), fundado na cidade de Curitiba, no ano de 1933. As fundadoras do CPFC afirmavam que seu objetivo inicial era ser um “*centro irradiador de educação intelectual, artística e physica*”¹³ para as mulheres, ou seja, elas procuravam dar ênfase à educação num sentido amplo do termo, englobando desde o aprendizado dos cuidados do lar até a formação intelectual e profissional. Sendo assim, o CPFC investiu em diversas atividades, como na educação escolar (disponibilizando cursos de idiomas, história, literatura), na produção cultural (publicando livros, organizando palestras, exposições, concertos de música, etc.), na educação profissional (promovendo cursos de datilografia, corte e costura, etc.) e, mais tarde, também na filantropia (principalmente com a criação do Posto de Higiene Materno-Infantil em 1940, que realizava um trabalho assistencial com mães e crianças das camadas populares).

Analisando alguns dos recortes de jornal que nos fornecem informações sobre as atividades do CPFC, podemos notar que há uma mudança significativa no seu direcionamento, que coincide com o estabelecimento do Estado Novo em 1937. De fato, antes desse ano, as centristas desenvolviam primordialmente atividades no plano cultural e intelectual, promovendo cursos, palestras, recitais, que visavam dar às mulheres uma formação mais abrangente do que outros espaços educacionais e culturais. Porém, exatamente no ano de instalação do regime autoritário no

¹²MARTINS. Op.cit., p. 58.

¹³OLIVEIRA, Frederico Faria de. Sem título. *Correio do Paraná*. Curitiba, dez/1933. IN: C.P.F.C. **Livro de Ouro**, Curitiba, volume I, 1933-1958, p. 1.



Brasil, surge cada vez com maior frequência em seus discursos o tema da caridade, visto como um trabalho de extrema relevância que deveria ser realizado pelo CPFC.

Diz-nos uma participante, a respeito das atividades do CPFC, que

existem duas questões importantes da campanha em prol da mulher do Centro. Um, o de, para a mulher que não aprendeu, poder alargar os olhos no doce mistério que é o saber, e o outro de, para a mulher que recorda e se aperfeiçoa – e a esse útil duplo, coopera o agradável e a caridade: o agradável manifesta-se através dos cursos, sessões quinzenais e festivais; a caridade é o resultado que se glorifica após os festivais realizados, para em conjunto ser oferecido à mulher pobre, que precisa de amparo social e material.¹⁴

Lembramos que durante o período do Estado Novo foram realizadas importantes reformas de caráter social, centradas nas questões da saúde das crianças e das mães, destacando-se a construção de maternidades, a introdução de abonos familiares e as leis de proteção à gestante e à criança. Compreendemos, portanto, que o CPFC procurou conjugar suas ações com aquelas empreendidas pelo governo federal, especialmente através da criação do Posto de Higiene Materno-Infantil Darcy Vargas em 1940, que prestava atendimento médico, realizava doações de roupas e alimentos, entre outros serviços assistenciais para mães e crianças de camadas menos favorecidas. O próprio nome dado ao Posto, em homenagem à primeira-dama do Brasil, aponta para as articulações políticas que o CPFC procurava consolidar com suas atividades.

As centristas não se definiam como feministas e não tinham uma posição política de enfrentamento das sujeições a que as mulheres estavam submetidas, identificando-se muito mais com um perfil de “reformadoras”. Contudo, apesar delas terem um discurso que aparentemente era conservador, o fato de terem organizado uma associação que colocava entre suas intenções formar intelectualmente as mulheres, preparando-as para enfrentar o mundo e viver por si próprias, ao mesmo tempo em que empreendia ações filantrópicas voltadas para as mães e crianças pobres, demonstra que as participantes do CPFC eram capazes de fazer uma reflexão e uma crítica a respeito da subordinação, das restrições e dos preconceitos a que as mulheres estavam submetidas.

Percebemos, portanto, que o ideário que perpassou o discurso produzido pelo CPFC, de modo semelhante a outras associações femininas, conjugava duas visões diferentes: de um lado, defendia as ideias do *maternalismo*, fortemente presentes nas concepções sociais do Estado Novo, que buscavam consolidar uma concepção conservadora da “natureza feminina”, ligando a mulher à família e ao lar; do outro lado, estavam ideais progressistas e liberais, que pensavam a formação das mulheres enquanto um ponto-chave para o próprio desenvolvimento da sociedade.

¹⁴BERNER, Juliette. Pró-Cultura. *Diário da Noite*. Curitiba, 15/04/1937. IN: C.P.F.C. **Livro de Ouro**. Curitiba, volume I, 1933-1958, p. 10.



Toda essa discussão nos permite ponderar sobre uma questão de grande relevância para a História das Mulheres, pois durante muito tempo foi estabelecida uma conexão direta e inexorável entre maternidade e submissão, que hoje pode ser contestada. Percebemos, no entanto, que em muitos momentos as mulheres empregaram o discurso de valorização da maternidade como meio de ampliar sua participação no mundo fora do âmbito doméstico, tanto através de associações e atividades de cunho filantrópico, como pelo ativismo social e político. Essas mulheres tiveram uma contribuição essencial ao exercerem pressão na opinião pública e junto aos representantes políticos, influenciando diversas medidas, leis e ações desenvolvidas em prol da infância e da maternidade.

Desde o século XIX, as lutas das mulheres por direitos sociais e políticos, pela cidadania e pela proteção social à maternidade estiveram, portanto, intimamente ligados. Esses movimentos centraram-se cada vez mais nas necessidades e interesses das mulheres, elevando a maternidade ao status de função social e congregando esforços e esperanças de libertação tanto para as mais favorecidas quanto para as mais humildes.

Sendo assim, consideramos que as associações de mulheres foram um dos mais importantes espaços para o debate e para a atuação feminina no começo do século XX, fosse através do incentivo à formação intelectual, artística e física, fosse com ações no campo da benemerência, da cultura, ou mesmo da política. Apesar dessas associações manterem, pelo menos em parte, uma visão tradicional de feminilidade, na qual a mulher ainda era percebida como responsável pelos cuidados e pela educação dos membros da sociedade, seu amplo campo de atuação mostra que elas iam além de tais concepções, pautando-se pela ideia de que as mulheres deveriam demonstrar sua utilidade enquanto cidadãs, bem como sua capacidade para resolver os problemas e dificuldades peculiares às práticas e experiências femininas.

Bibliografia

DIEBOLT, Evelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.º 2, maio-agosto/2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas*. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq, 2004.

MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, n.º 16, 2001.

MOTT, Maria Lucia. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo projetos históricos e editoriais, 2005.



PRESTON, Margaret Helen. *Charitable words: women, philanthropy and the language of charity in Nineteenth-Century Dublin*. California: Greenwood Publishing Group, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=jUqetmogGxEC&printsec=frontcover&dq=philanthropy+%2B+women&lr=&cd=9#v=onepage&q=&f=false>>. Acesso em: 12 jan. 2010.